

AC. EM CÂMARA

(06) CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO:- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA – 1. INTRODUÇÃO** - A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. **2.PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO** - O grupo autárquico do Município de Viana do Castelo, é composto pela Câmara e pelos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico, uma vez que o município não controla direta ou indiretamente outras entidades. **3.MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO** - O método adotado na consolidação de contas do município de Viana do Castelo é o de consolidação integral, que consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas. **4.ANÁLISE PATRIMONIAL** - Os resultados apresentados pelo Município de Viana do Castelo, são globalmente positivos, evidenciando que a autarquia tem conseguido manter o equilíbrio financeiro e nível de investimento, resultado de uma gestão corrente rigorosa e da receita proveniente dos fundos comunitários. Relativamente ao decréscimo dos resultados líquidos do exercício, justifica-se pelos resultados extraordinários que registaram um agravamento significativo resultante da concessão das infraestruturas de água e saneamento às Águas do Norte SA.

Síntese da estrutura do Balanço Consolidado

Unidade: Euro

Descrição	2015	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	237.737.092,94	93%
Bens do Domínio Público	53.956.712,63	21%
Imobilizações Incorpóreas	369.530,80	0%
Imobilizações Corpóreas	161.629.261,50	63%
Investimentos Financeiros	21.781.588,01	9%
CIRCULANTE	17.392.239,57	7%
Existências	296.276,71	0%
Dívidas de Terceiros - Médio/Longo Prazo	0,00	
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	13.456.639,15	5%
Títulos Negociáveis	0,00	
Disponibilidades	3.632.544,17	1%
Acréscimos e Diferimentos	6.779,54	0%
TOTAL DO ATIVO	255.129.332,51	100%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	147.991.997,30	58%
Património	65.401.052,17	26%
Ajustamento partes de Capital	1.130.512,27	0%
Reservas de reavaliação	3.814.884,97	1%
Reservas	68.378.723,84	27%
Resultados Transitados	4.629.091,92	2%
Resultado Líquido do Exercício	4.637.732,13	2%
PASSIVO	107.137.335,21	42%
Provisões para riscos e encargos	0,00	0%
Dívidas a Terceiros - MLP	18.915.633,64	7%
Dívidas a Terceiros -Curto Prazo	13.077.013,69	5%
Acréscimos e Diferimentos	75.144.687,88	29%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	255.129.332,51	100%

Síntese da Demonstração de Resultados Consolidada

Unidade: Euro

Descrição	2015	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	671.385,16	6%
Fornecimentos e Serviços Externos	16.906.643,90	157%
Custos com o Pessoal	19.400.322,59	180%
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	3.356.766,62	31%
Amortizações do Exercício	8.397.565,84	78%
Provisões do Exercício	79.095,14	1%
Outros Custos Operacionais	15.283,26	0%
(A) Custos e Perdas Operacionais	48.827.062,51	
Custos e Perdas Financeiros	334.710,06	3%
(C) Custos e Perdas Correntes	49.161.772,57	
Custos e Perdas Extraordinários	10.751.370,84	100%
Resultado Líquido do Exercício	4.637.732,13	43%
Total dos Custos e Perdas	64.550.875,54	
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	13.559.704,16	126%
Impostos e Taxas	18.756.782,98	174%
Variação da Produção		0%
Trabalhos para a Própria Entidade	71.017,54	1%
Proveitos Suplementares	2.094.113,23	19%
Transferências e Subsídios Obtido	19.675.358,30	183%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	36.502,18	0%
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	54.193.478,39	
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.049.424,73	10%
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	55.242.903,12	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	9.307.972,42	87%
Total dos Proveitos e Ganhos	64.550.875,54	
Resultados Operacionais: (B) - (A)	5.366.415,88	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	714.714,67	
Resultados Correntes: (D) - (C)	6.081.130,55	
Resultados Extraordinários:	-1.443.398,42	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	4.637.732,13	

INDICADORES DE GESTÃO

Resultados Consolidados

Resultados	2014	2015
Resultados Operacionais	€ 3.323.797,28	€ 5.366.415,88
Resultados Financeiros	€ 2.403.583,92	€ 714.714,67
Resultados Correntes	€ 5.727.381,20	€ 6.081.130,55
Resultados Extraordinários	-€ 1.937.435,48	-€ 1.443.398,42
Resultado Líquido Exercício	€ 3.789.945,72	€ 4.637.732,13

Rácios Consolidados

	2014	2015
Fundos Próprios	€ 143.559.687,33	€ 147.991.997,30
Passivo de Médio/Longo Prazo	€ 75.523.071,83	€ 91.109.592,67
Capitais Permanentes	€ 219.082.759,16	€ 239.101.589,97
Valor do Ativo	€ 230.972.289,17	€ 255.129.332,51
Valor do Imobilizado Líquido	€ 223.806.551,28	€ 237.737.092,94

	2014	2015
Autonomia Financeira	62,15%	58,01%
Cobertura do Imobilizado	97,89%	100,57%
Solvabilidade	164,23%	138,13%
Liquidez Geral	59,96%	108,47%
Liquidez Reduzida	57,46%	106,62%

MAPA FLUXOS CAIXA CONSOLIDADO

Unidade: Euro

Saldo da Gerência anterior	3.061.277,72	Despesas Orçamentais	80.617.851,59
Execução Orçamental	1.049.404,64	Correntes	47.857.798,08
Operações de Tesouraria	2.011.873,08	Capital	32.760.053,51
Receitas Orçamentais	81.075.878,26	Operações de Tesouraria	4.631.810,82
Correntes	63.386.769,45	Saldo para Gerência Seguinte	3.632.544,17
Capital	17.689.108,81	Execução Orçamental	1.507.431,31
Outras		Operações de Tesouraria	2.125.112,86
Operações de Tesouraria	4.745.050,60		
Total	88.882.206,58	Total	88.882.206,58

(a) José Maria Costa.”. Finda a discussão, o Presidente da Câmara Municipal submeteu a votação, a Consolidação das Contas do Município, tendo-se registado o seguinte resultado: cinco votos a favor, do PS e quatro votos contra do PSD e CDU pelo que foi a mesma aprovada por maioria. Mais foi deliberado submeter o referido documento a apreciação da Assembleia Municipal tudo de acordo com o disposto, no nº 2 do artigo 76º e artigo 75º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. Foi ainda deliberado, por unanimidade, que o mencionado documento não ficasse transcrito na acta, pelo que, depois de assinado por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto: - **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD** –os Eleitos do PSD votaram contra a consolidação das contas, por questões de natureza política, das opções da gestão dos recursos financeiros, que vem comprometendo o desenvolvimento necessário do nosso concelho, com reflexos negativos na atratividade e competitividade económica e no emprego, para quem realiza despesa global (compromissos assumidos) de quase 100 milhões de euros num único ano. O adiar de um (real) plano de contenção de despesas, o constante recurso a Ajustes Diretos para quase tudo e nada, a Aquisição de Serviços em detrimento da utilização dos recursos humanos existentes, os custos com comunicação para “alimentar uma política de fachada”, no nosso entender, não defendem os interesses do Município e da sua população. Por outro lado, existindo agora um Revisor Oficial de Contas, este só analisa os elementos que o Executivo Municipal prepara (vereadores da oposição incluídos???), conforme é referido no seu parecer, e não nos foi fornecido (pelos vistos também não feito) o Relatório Semestral de Dezembro, que é exigido pela Lei das Autarquias Locais (Artº 77), o que seria de fato importante, pois sim, assumiria um “tipo” de auditoria intermédia ao Relatório de Contas Municipais. Ressalvamos assim, também, que apesar do Parecer do ROC referir ser de todos a responsabilidade pela

apresentação dos documentos, e de possíveis erros técnicos ou formais, o fato de não termos pelouros atribuídos e apenas termos recebido os documentos 2 dias antes da sua votação, não nos pode ser imputado tal encargo, que não temos, nem tivemos, nem aceitamos. Nesse sentido, continua o Município a não inscrever e contabilizar no Balanço e Passivo Municipal, os compromissos assumidos e não pagos, que no ano de 2015 foram no montante global de 17, 8 milhões de Euros, e sem qualquer informação também dos anos anteriores:- Por este facto muito relevante, há um absoluto desfasamento da avaliação da situação financeira das Contas do Município, nos seguintes itens:- 1.O Montante das Despesas efetuadas no Município são (pelos números da Execução Orçamental) no montante global de 99.669.303 €, correspondendo a 78.944.720 € da Camara e 20.724.583€ dos Serviços Municipalizados, para receitas de 61.000.000 €; 2.Na Camara, em 2015, para compromissos assumidos de 79 M€ e receitas Balanço de 61 M€, verifica-se um défice real de 30%; 3.O Passivo financeiro municipal inscrito de 31 M€, nas contas apresentadas contabilizando os compromissos assumidos e não pagos conhecidos de 2015, aproxima-se dos quase 50 M€ (em 2014, nos mesmos pressupostos, era de 43 M€, o que representa um acréscimo de 13% no ano), e sem contabilizar outros compromissos de anos anteriores (2014, 2013, que não são referidos). 4.As dividas as Juntas de Freguesias, inscritas no Balanço, são no global de 4.871€, quando os compromissos assumidos e não pagos (fora do balanço), só em 2015 são superiores em muito a 2 Milhões de euros. Não deve é haver, uma única Freguesia, a que a Camara deva menos de 5.000 €, e por este facto não pode haver coincidência com a realidade, e que percebemos nas nossas visitas às freguesias, onde se contará que a obra executada e devidamente titulada, ultrapassa e muito este montante. 5.A poupança corrente, que é apresentada como “Bandeira”, é uma “falacia financeira” e uma “distorção” comunicacional, uma vez que entra no rácio os milhões recebidos do “negocio” das Aguas com a AdP, que são técnicos, uma vez que, com “engenharia financeira” foram contabilizados como receita da Camara, mas foram canalizados para as contas dos SMSBVC como receita extraordinária e de imediato contabilizado uma perda extraordinária de igual montante, pela divida que existia dos consumos de agua a esta Entidade; 6.No remanescente efetivamente recebido deste “negocio das aguas”, ficou um compromisso com o restante executivo (para o nosso voto favorável na época), que se deveria reinvestir no Ambiente e no Mar (Economia Verde e Azul), não havendo qualquer justificação da realizações de tais investimentos necessários; Apesar das despesas muito expressivas que atingem quase 9 dígitos no global, este relatório sabe muito a pouco, em termos de Investimento material (vão se adiando obras essenciais para a melhoria das condições de vida de viana, como alterações no Estacionamento, no abastecimento de agua às freguesias e no Saneamento, no Mercado municipal de apoio à Economia Local, a abertura do Parque da Cidade e o repensar da componente urbana do Parque, a criação de outras infraestruturas desportivas para os jovens, etc, etc) e investimento imaterial (eventos potenciadores e atrativos) que elevem o Turismo, a economia Local e o Emprego, por forma a fixar e atrair Pessoas; De realçar também, que pela análise dos documentos apresentados, continua a não ser perceptível se aferir as reais contas de custos do Centro Cultural e das Políticas de Estacionamento praticadas, com elevados custos para os munícipes, entre muitos outros exemplos, onde se deveria ter a informação analítica por cada valência municipal. Não há assim transparência suficiente, para

que se perceba de forma analítica os reais custos de cada ação / atividade municipal, e por ventura, se calhar, a estratégia, é mesmo os Vianenses não saberem as somas anuais.... Em resumo, não podemos, de forma alguma concordar com a “imaginativa e criativa” contabilidade demonstrada no texto da consolidação das contas, e peças apresentadas, para quem criou despesas efetivas de quase 100 milhões de euros, pois oculta reiteradamente dívida assumida, que só por exemplo às Freguesias em 2015 ascende a mais de 2ME (fora os valores dos anos anteriores). O PSD é contra um relatório de contas muito vazio de investimentos que potenciem a economia e o bem-estar dos vianenses e que ao mesmo tempo, tratem as freguesias de forma mínima igual à Cidade, e sem atrasos de pagamentos ou bloqueios de financiamento, para a dignidade exigida do Poder Local. (a) Eduardo Teixeira; (a) Marques Franco; (a) Helena Marques.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU** – A CDU votou contra a consolidação de contas pelas seguintes razões:- O ano de 2015 foi aquele em que o Município ficou mais frágil e em maiores dificuldades para o futuro, dada a concretização do contrato de concessão à empresa Águas do Norte, a partir de 30 de Setembro de 2015. Esta mudança incluiu a transferência de algum património dos SMSBVC para a empresa Aguas do Norte, nomeadamente as captações de água e um conjunto de trinta reservatórios, bem como condutas adutoras gravíticas e elevatórias associadas. As consequências imediatas são o aumento de preço da água e do saneamento que a população está a pagar. Mas a situação pode agravar-se no futuro. 3. Os investimentos públicos municipais foram diminutos e as obras foram sucessivamente adiadas: arranjo de ruas e pavimentos, redes de águas pluviais, obras de saneamento, construção de novos equipamentos, designadamente, nas áreas sociais, ambientais, educativas, culturais e de lazer. Continuam também a falhar investimentos em áreas estruturais que seriam importantes para apoiar a dinamização da atividade cultural, turística, comercial, etc. do concelho, de que se destaca o avanço na construção de polos que permitam criar um museu do mar e as suas estreitas ligações às diversas atividades com grande tradição ao mar e ao rio. (a) Ilda Figueiredo.”.

9 de Junho de 2016